

José Filipe Pinto
Linha de Investigação de Africanologia
Lusofonia / UEICTS / ULHT

Adimplendum est hodie¹

Resumo

Este artigo pretende mostrar a evolução política dos PALOP na fase que se seguiu à independência e provar que, apesar da grande abertura ao multipartidarismo, na maioria destes países não há uma cultura da democracia. Mostra também que, sem boa governação, trabalho e paz, não haverá desenvolvimento.

Palavras-Chave: PALOP, democracia, multipartidarismo, evolução política, eleições e boa-governação.

Abstract

This article tries to show the political evolution of the PALOP in the post-colonial period and to prove that, in spite of the great opening to the multiparty system, in the most part of these countries there isn't a culture of democracy. It also shows that, without good governance, hard work and peace, there won't be development.

Key Words: PALOP, democracy, multiparty system, political evolution, elections and good governance.

¹ Comunicação feita a 23 de Maio de 2007 ao I Congresso Internacional da África Lusófona: Democracia e Desenvolvimento na África Lusófona e actualizada em Janeiro-Fevereiro de 2008.

Adimplendum est hodie

O I Congresso Internacional da África Lusófona realiza-se numa conjuntura que, nas palavras do Reitor da Universidade promotora do evento, representa o tempo cairológicamente certo para a afirmação da verdadeira lusofonia, aquela que, sem falsas modéstias nem pretensões utópicas, parece em condições de servir os interesses dos lusófonos e da própria Humanidade.

Assim sendo, saúda-se o esforço que a instituição colocou na organização do Congresso e deseja-se que a presença de especialistas nas várias questões que percorrem transversalmente a lusofonia constitua um contributo valioso para a causa lusófona.

De facto, a partilha de ideias e de mundividências constitui uma mais-valia para a compreensão das realidades presentes que, embora fruto de um passado, já trazem em si o embrião de um futuro que se deseja consentâneo com os anseios legítimos das populações que usam o português como língua materna ou oficial.

Por isso, tendo presente a constante actualidade de Janus bifronte, espero que esta reflexão em voz alta, fruto da atenção inquieta com que nesta casa aprendi a olhar para a realidade africana, possa ser incómoda para a consciência lusófona.

Assim, a designação escolhida para este painel “A experiência comum da democratização na África Lusófona” pode, desde logo, levantar duas questões.

A primeira resulta da utilização do adjetivo “comum”, pois esse qualificativo pressupõe um percurso similar que importa verificar se corresponde à realidade em estudo.

A segunda questão, que se interrelaciona com a primeira, prende-se com o conceito ou significado a atribuir ao significante “democratização”.

Para tentar clarificar estas questões e como considero que a situação política que se vive nos PALOP só parece passível de uma completa compreensão se for tida em conta a perspectiva diacrónica, iniciarei a argumentação por uma analepse que conduz, de uma forma necessariamente não saudosista, ao período colonial.

Como Adriano Moreira afirmou, durante a vigência do Euromundo os países europeus com regimes democráticos e possuidores de impérios coloniais nunca exportaram para as colónias a democracia que viviam nas Metrópoles. Ora, Portugal, vítima de um erro de análise da conjuntura saída da II Guerra Mundial e refém de uma política que o mantinha orgulhosamente só, não estava em condições de pôr em prática nas colónias os procedimentos democráticos que não usava na Metrópole.

De facto, é saber antigo que ninguém pode dar ou partilhar aquilo que não possui, embora a tomada de consciência da privação possa conduzir ao surgimento de solidariedades, como parece ter sido o caso dos opositores internos ao regime do Estado Novo e dos líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Assim, quando os militares consideraram que o poder político demorava a encontrar uma solução para o encerramento do ciclo colonial português e derrubaram o regime responsável pela Constituição de 1933, essa solidariedade manifestou-se logo no próprio dia 25 de Abril de 1974 quando a principal força de oposição, o PCP, exigiu em comunicado o reconhecimento da Guiné-Bissau e a abertura de negociações imediatas com os representantes dos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique que, na perspectiva do PCP, se reduziam ao MPLA no primeiro caso e à FRELIMO no segundo.

A meu ver, há aqui como que uma continuidade em relação ao período colonial. De facto, o sistema colonial português, assente nos interesses da burguesia metropolitana, era fortemente centralizador, situação reforçada a partir do Acto Colonial, e impedia a participação das populações na administração das colónias, como se comprovou na oposição manifestada pelos interesses instalados quando em 1961 e 1962 o então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, promoveu uma política ultramarina de índole descentralizadora e criou os mecanismos necessários para que o articulado na lei tivesse tradução prática na realidade ultramarina.

Ora, na transição de poder, que não deve nem pode ser confundida com descolonização, Portugal, ao reconhecer como único critério de legitimação para representar os povos do Império que findava a participação na luta armada, acabou por aceitar, em vários casos, o estabelecimento de sistemas de partido único, ou seja, a continuação de uma forma de centralismo.

Assim aconteceu na Guiné-Bissau, em Moçambique, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe.

Embora vários estudiosos desta questão tentem explicar o surgimento do partido único em África como uma tentativa de evitar a balcanização do Continente e como forma de promover a unificação de um espaço socio-político muito heterogéneo e tendencialmente conflituante, e outros, como Ladeiro Monteiro, defendam que o regime de partido único foi uma opção dos líderes africanos para se perpetuarem no poder por analogia com a tradição africana em que o poder estava centralizado no rei, no régulo ou soba e na sua corte, considero que, no caso dos PALOP, foi o critério adoptado aquando

das negociações para a transição de poder que consagrou o regime de partido único.

Por isso, como Venâncio afirmou, “o estrato social que beneficiou com a transição dos poderes e que foi, de certa forma, responsável pela patrimonialização, tem-se confundido com o próprio Estado que deveria servir”².

Aliás, essas elites dos movimentos de libertação e que ascenderam ao poder nos novos países pouco tinham a ver com as autoridades tradicionais africanas, pois, como Adriano Moreira afirmou, os partidos políticos em África eram partidos de luz eléctrica, característica a qual se poderá acrescentar, dirigidos por elites ocidentalizadas, ou seja, formadas sobretudo na Metrópole.

Não há tempo nesta exposição para um estudo pormenorizado do movimento dito descolonizador. Não se pode, no entanto, deixar de apontar a falta de consenso nacional que se verificou ao longo de todo o processo, situação que abriu feridas de demorada cicatrização no mundo da lusofonia, embora à mencionada falta de um projecto nacional se deva acrescentar ou associar a opção política que as ex-colónias fizeram e que foi igualmente responsável pela descontinuidade lusófona.

Por isso, o (re)assumir da lusofonia foi tão lento, até porque o regime do partido único na África Lusófona vigorou, por força da política de blocos e do interesse soviético em África, até bastante tarde.

Senão vejamos!

Na Guiné-Bissau foi necessário esperar por 1990, entre 8 e 15 de Outubro, para haver “uma conferência de quadros onde surgiram as primeiras tendências favoráveis à instituição de um sistema de pluralismo partidário”³.

Em São Tomé e Príncipe só a 22 de Agosto de 1990 o texto constitucional, que permitiu a publicação da Lei Eleitoral e da Lei dos Partidos Políticos, foi referendado por 90% dos eleitores.

Em Cabo Verde só após a visita do Papa João Paulo II, em 25 de Janeiro de 1990, é que o Conselho Nacional do PAICV decidiu enveredar pela via do multipartidarismo

Em Moçambique a FRELIMO, que no seu III Congresso tinha sido consagrada como partido de orientação marxista-leninista e adesão restrita, procurou manter os

² CF. VENÂNCIO, José Carlos, 2000, *O Facto Africano, Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa, Vega, p. 91.

³ Cf. COSTA, Fernando Marques da e Natália FALÉ, 1992, *Guia Político dos PALOP*, Lisboa, Editorial Fragmentos Lda./Fundação de Relações Internacionais, p. 120.

direitos de exclusividade reconhecidos por Portugal em Lusaka, embora se visse obrigada a enfrentar uma guerra civil desencadeada pela RENAMO, que, a exemplo da FRELIMO, também procurou o reconhecimento e a legitimidade na luta armada só que pós-colonial.

Assim, neste ponto pode considerar-se que a situação foi comum: reconhecimento de um único interlocutor por parte de Portugal, negociações com esse representante, acordos para a transição de poder, independência e estabelecimento de um regime de partido único nos novos países.

Mesmo Angola, que teve três movimentos representados nos Acordos de Alvor e onde parecia possível o estabelecimento de um regime multipartidário, não se afastou muito deste arco cronológico, pois esses movimentos fizeram quase tábua rasa dos acordos celebrados e acabaram por conduzir o país para uma guerra civil que levou Portugal a entregar o poder no abstracto e perpetuou um deles, o MPLA, no poder.

No entanto, e no que à democratização diz respeito, a situação deixou de ser comum a partir da abertura ao multipartidarismo.

Convém, neste ponto, fazer uma reflexão sobre o significado da palavra “democracia”.

Como Onésimo Silveira refere “a principal virtude da democracia é a participação popular pelo voto na organização dos poderes do Estado”⁴, circunstância que exige, liberdade de associação política e eleições livres.

Assim, o multipartidarismo, ao permitir a manifestação de todas as tendências, constitui-se como uma condição *sine qua non* para a democracia. Só que, o multipartidarismo, só por si, não constitui condição suficiente para a democratização de um país.

De facto, ainda segundo o mesmo pensador, “se não estiverem garantidos os direitos e as liberdades indispensáveis ao Homem para alcançar a sua realização enquanto pessoa – educação, saúde, emprego, habitação - o universo democrático está incompleto”⁵.

Ora, um simples olhar sobre o relatório do PNUD elaborado em 2006 e com dados relativos a 2004, permite constatar que, no que diz respeito ao IDH, índice destinado a medir comparativamente a riqueza, a alfabetização, a educação, a esperança de vida, a natalidade e outros factores relativos ao desenvolvimento, os países africanos

⁴ Cf. SILVEIRA, Onésimo, 2005, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, p. 153.

⁵ Cf. SILVEIRA, Onésimo, 2005, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, p. 153.

de língua oficial portuguesa ocupam os últimos lugares, ou seja, num universo de 177 países a Guiné-Bissau ocupa a 173ª posição, Moçambique a 168ª, Angola a 161ª, São Tomé e Príncipe a 127ª e Cabo Verde a 106ª⁶.

Desses países, apenas Cabo Verde e São Tomé e Príncipe detêm um IDH considerado médio, ou seja, acima dos 0,500, dados que apontam para a dificuldade da construção do Estado-Nação na África lusófona, sendo que esta dificuldade está longe de ser exclusiva da África que fala português ou mesmo de África.

De facto, na actualidade, mesmo na própria Europa existe o ideal *nação*, mas poucos países são nações, como é perfeitamente perceptível nos casos do Reino Unido, da Espanha ou da Bélgica.

Por isso, talvez a tipologia devesse assumir uma forma diferente, mas essa problemática constitui matéria para outra reflexão.

Assim, aceitando, ainda que transitoriamente, o modelo referido, em África, devido à situação colonial que o continente viveu, é o Estado moderno que, na quase generalidade dos casos, tenta constituir a Nação.

Alguns pensadores africanos, como Cheikh Anta Diop ou Mamadou Dia, defendem que a nação africana já existia antes da chegada dos colonizadores europeus. No entanto, o estudo da colonização em África permite constatar que a dominação europeia destruiu essa nação, sendo pertinente verificar que a Conferência de Berlim, ao traçar a régua e esquadro as fronteiras de ocupação de África, dividiu povos por várias soberanias. Assim, quando os países africanos alcançaram a independência, poucos estavam em condições de garantir a existência da nação.

No caso lusófono, apenas Cabo Verde parece capaz de reivindicar a existência da nação mesmo no período colonial.

De facto, a existência de uma literatura nacional, bem patente na revista *Claridade*, constitui prova de que a sociedade crioula cabo-verdiana já possuía, nos anos 30 do século passado, uma identidade nacional, facto que pode ajudar a explicar o maior grau de desenvolvimento actual de Cabo Verde quando comparado com outros países africanos lusófonos detentores de recursos materiais incomensuravelmente superiores.

⁶ De acordo com o mais recente relatório do PNUD – 2007/2008 –, os PALOP sofreram alterações tanto a nível da posição ocupada como do valor do IDH, embora todos continuem a integrar o mesmo patamar em que se encontravam no relatório anterior. Assim, Cabo Verde subiu cinco lugares e passou a ocupar a 102.ª posição com 0,736; São Tomé e Príncipe subiu para o 123.º lugar com 0,654; Angola desceu uma posição e está na 162.ª com 0,446; Moçambique desceu 4 lugares e ocupa o 172.º com 0,384 e a Guiné-Bissau desceu para a antepenúltima posição, a 175.ª, com 0,374.

Voltando à questão da democratização, importa referir a evolução política dos PALOP, na fase que se seguiu ao fim do regime de partido único, para se poder equacionar a relação entre a governação e a situação dos vários países.

Assim, em Cabo Verde, aquando da abertura ao multipartidarismo, houve eleições que terminaram com o domínio político do outrora partido único, o PAICV. Neste país a alternância de poder tem sido entre o PAICV e o MPD, presidido por Carlos Veiga, que ganhou as primeiras eleições legislativas multipartidárias, realizadas a 13 de Janeiro de 1991 com 62% dos votos e 56 dos 79 assentos parlamentares. Aliás, ainda em 1991, a 15 de Dezembro, ocorreram as primeiras eleições autárquicas multipartidárias.

O MPD governou o arquipélago até 2001 mas, nas terceiras eleições legislativas realizadas em 2001, foi derrotado pelo PAICV, partido que voltou a vencer as eleições legislativas de 22 de Janeiro de 2006 e conseguiu eleger como Presidente da República o candidato por si apoiado, uma repetição do que acontecera as presidenciais de 2001, quando Carlos Veiga perdeu para Pedro Pires, por apenas 12 votos.

Ainda no que diz respeito à mais recente eleição presidencial, convirá frisar o peso ou importância da diáspora cabo-verdiana em Portugal, uma vez que os votos desses emigrantes foram decisivos para a vitória do candidato apoiado pelo PAICV.

Na actualidade, enquanto maior partido da oposição, o MPD conta 29 deputados no Parlamento nacional, onde o PAICV detém a maioria com 41 dos 72 deputados. Os restantes dois deputados pertencem à União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID).

Esta alternância do poder em Cabo Verde, feita no respeito pelos valores democráticos, parece ser explicada pelo peso da diáspora e pela importância dada à educação e que permite que a sociedade civil comece a dispor de um grau de politização que lhe permite controlar o exercício do poder e recusar formas menos democráticas ou menos transparentes como a tentativa de delfinato perpetrada por Carlos Veiga.

Em Cabo Verde, apesar da manutenção de algumas indefinições, nomeadamente no que concerne ao género (os artigos 404º e 420º do Código Eleitoral, legislados na década de 1990, estimulam os partidos políticos com subvenção eleitoral para a atribuição de uma quota de 25% às mulheres, mas ainda não foi publicada a lei), a sociedade civil sabe que os detentores do poder terão de aceitar que a legitimação não advém apenas do voto livre, mas, e talvez sobretudo, do exercício.

Já no que à Guiné-Bissau diz respeito, a situação de instabilidade política tem

sido uma constante desde que, em 5 de Maio de 1991, entrou em vigor a nova Constituição, onde já não constava o anterior artigo 4.º que reconhecia o PAIGC como força dirigente da sociedade e do Estado.

De facto, a abertura ao multipartidarismo não significou a estabilidade política e social de um país de 1 200 000 habitantes, um mosaico de etnias, pois 27% são balantas, 23% fulas, 12% mandingas, 11% manjacos e 10% papéis, e onde as opções religiosas também não são uniformes: 55% de animistas, 40% de islâmicos e 5% de católicos⁷.

Os golpes de estado e os assassinatos políticos têm sido frequentes e constituem prova das dificuldades que a Guiné-Bissau tem encontrado para construir um projecto nacional.

Bastará recordar, e sem procurar ser muito exaustivo, que, ainda durante a vigência do regime do partido único, Luís Cabral foi afastado da presidência em 14 de Novembro de 1980 através de um golpe de Estado liderado por Nino Vieira, que assumiu a presidência. Depois, na fase do multipartidarismo, em 1999, foi a vez de Nino Vieira ser derrubado por Ansumane Mané que, em Novembro de 2000, voltou a rebelar-se contra Kumba Ialá, chefe do Partido da Renovação Social que saíra vitorioso das eleições subsequentes ao golpe de estado de 1999. Mais tarde, em 14 de Setembro de 2003, as forças militares lideradas por Veríssimo Correia Seabra, Chefe do Estado-Maior, derrubaram Kumba Ialá, tomaram conta do poder e informaram a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental CEDEAO da irreversibilidade da situação, pois a Guiné-Bissau era um país sem Constituição, sem juízes e sem Parlamento. No entanto, em 6 de Outubro de 2004, o general Veríssimo Correia Seabra viria a ser assassinado.

Neste país, nas eleições legislativas realizadas a 28 de Março de 2004 e que deram a vitória ao PAIGC, com 45 deputados, seguido do Partido da Renovação Social, de Kumba Ialá, com 35 deputados, chegou-se ao ponto de saquear a Comissão Nacional de Eleições.

Em 2005 houve eleições presidenciais, novamente envoltas em polémica, ganhas por Nino Vieira – o presidente deposto em 1998 –, mas a instabilidade continuou com a demissão do primeiro-ministro Aristides Gomes, em 19 de Março de 2007, situação que levou, em Maio do mesmo ano, à nomeação do actual Primeiro-Ministro Martinho Ndafo Cabi.

⁷ Dados obtidos a partir do Instituto Português de Apoio ao Investimento (IPAD).

Outro dado preocupante prende-se com a questão da ingerência dos militares no poder político, situação que parece de difícil resolução, como se comprova pelo mais recente movimento revoltoso, justificado por reivindicações salariais e acompanhado da denúncia da existência de fome generalizada nos aquartelamentos militares e de corrupção no seio das chefias militares.

Como Venâncio denunciou, continua a verificar-se em África muita falta de democracidade num continente marcado pela personalização do poder e em que a elite militar, suporte do regime, ainda está em ascensão social, política e económica.

A situação vivida na Guiné-Bissau parece elucidativa desse facto!

Quanto a São Tomé e Príncipe, a evolução política também nem sempre tem primado pela normalidade democrática.

Assim, ainda na fase do partido único, em 1978, um contingente militar angolano e conselheiros cubanos foram convidados pelo Governo para estacionarem no país como forma de resposta a um pretenso golpe de estado perpetrado por Carlos Graça, ex-Ministro da Saúde, a partir do Gabão.

Depois, em Setembro de 1979, Miguel Trovoadá foi detido devido a uma pretensa conspiração anti-governamental e o cargo de Primeiro-Ministro foi abolido, só voltando a ser criado em 1987.

Nesta fase, a realização de eleições livres foi reclamada, a partir do exterior, pela Frente de Resistência Nacional de São Tomé e Príncipe (FRNSTP), fundada por Carlos Graça, e pela União Democrática Independente de São Tomé e Príncipe (UDSTP), organizações que formaram a Coligação Democrática da Oposição.

Após a tentativa de golpe de estado em 8 de Março de 1988, chefiada por Afonso dos Santos, dissidente da FRNSTP, a 22 de Agosto de 1990, o novo texto constitucional, que permitiu a publicação da Lei Eleitoral e da Lei dos Partidos Políticos, foi referendado por uma larga maioria do eleitorado.

Nova tentativa de golpe de estado, perpetrada pelo major Fernando Pereira em 16 de Julho de 2003, evidenciou a fragilidade do sistema multipartidário em São Tomé e Príncipe, pois, durante treze anos de multipartidarismo, nenhum Governo terminou a legislatura.

O actual espectro partidário em que o MDFM/PCD conta com 23 deputados, o MLSTP/PSD com 20, a ADI com 11 e o NOVO RUMO com 1, a que talvez se possa acrescentar interesses derivados da descoberta de petróleo no arquipélago, não auguram

boas perspectivas para a estabilidade política⁸.

Em Moçambique, após a assinatura do acordo de paz, que exigiu uma dezena de rondas de negociações patrocinadas pela Comunidade de Santo Egídio, a situação interna não ganhou estabilidade, pois a RENAMO de Afonso Dhlakama boicotou as eleições de 1998 e, ainda que parcialmente, as de 1994 e 1999.

Além disso, o Tribunal Supremo, a 4 de Janeiro de 2000, admitiu que na eleição presidencial não tinham sido contados os votos de 550 assembleias de voto, o mesmo acontecendo aquando das eleições legislativas em 727 assembleias de voto⁹ e o relatório final do Centro Carter sobre as eleições em Moçambique em 1999 referiu que as eleições tinham muitos aspectos positivos, mas que a credibilidade do processo fora minada por problemas técnicos e pela falta de transparência durante o apuramento dos votos.

Finalmente, nas eleições legislativas e presidenciais moçambicanas de 1 e 2 de Dezembro de 2004, que terminaram com a vitória da FRELIMO e o seu candidato, Armando Guebuza, com 67% e 63,7% dos votos, a FRELIMO assegurou no parlamento 160 lugares, ficando os restantes 90 para a RENAMO.

No entanto, e mais uma vez, a presidência da União Europeia, ao agradecer ao governo moçambicano e à Comissão Nacional de Eleições de Moçambique os convites que possibilitaram que observadores internacionais tivessem acompanhado o processo eleitoral, voltou a referir a existência de irregularidades, apesar de as mesmas não se revelarem suficientes para pôr em causa o resultado final.

No que diz respeito a Angola, a Assembleia Nacional foi instituída em 26 de Novembro de 1992, como resultado das primeiras eleições multipartidárias realizadas a 29 e 30 de Setembro de 1992. À luz dos resultados eleitorais o MPLA obteve a maioria parlamentar com 129 assentos dos 220 de que é composta a Assembleia Nacional, seguido da UNITA com 70, PRS com 6; FNLA com 5, PLD com 3 assentos e do PAJOCA, PNDA, PDP-ANA, FDA, AD-COLIGAÇÃO, PRD e PSD com 1 um assento

⁸ A instabilidade política voltou a manifestar-se com a queda do executivo liderado por Tomé Vera Cruz em Fevereiro de 2008. Na sequência dessa demissão, Patrice Trovoadá, filho do ex-Presidente Miguel Trovoadá, já confirmou que irá assumir o cargo de Primeiro-Ministro, pois conta com os apoios do seu partido, a Acção Democrática Independente (ADI) – que passará a integrar o Governo –, do Chefe de Estado Fradique de Menezes e do ex-Presidente Manuel Pinto da Costa. No entanto, as negociações entre os partidos que detinham o poder no 11.º Governo Constitucional – a coligação Movimento Democrático Força da Mudança/Partido da Convergência Democrática (MDFM/PCD) – e a ADI não têm sido fáceis porque o PCD não quer abdicar dos Ministérios que deteve no anterior governo.

⁹ Cf. *Boletim para o Processo Político em Moçambique*, n.º 28 de 1 de Novembro de 2002.

cada. Porém, apesar das eleições terem sido consideradas livres e justas pela Organização das Nações Unidas e pelos observadores internacionais, a UNITA rejeitou os resultados, facto que precipitou o País numa nova crise político – militar e ainda não permitiu a realização de novas eleições legislativas, mesmo depois de restabelecida a paz interna.

Se a essa situação se acrescentar o facto de José Eduardo dos Santos ocupar o lugar de Chefe de Estado desde Setembro de 1979, mais fácil se torna compreender as razões que levam o relatório de 2006 do Banco Mundial a considerar que Angola apresenta valores negativos em todos os parâmetros relativos à boa-governança¹⁰.

Analizados os processos dos vários países, parece possível concluir que as questões que formulei inicialmente tinham razão de ser.

De facto, face às realidades apresentadas, nem o processo de democratização nos PALOP pode admitir o qualificativo “comum”, nem o próprio termo “democratização” se pode aplicar, no real sentido da palavra, a todas as situações apresentadas, pois ainda são fracos, ou mesmo inexistentes, os mecanismos de controle do poder.

É claro que a democratização é um processo e não um acto, mas mesmo admitindo que um processo está sempre sujeito a contingências, não deixam de ser preocupante algumas das vicissitudes referidas.

Poder-se-á argumentar, embora constitua fraco consolo, que também a própria democracia foi uma criação incompleta e imperfeita, pois só vigorava em Atenas e deixava de fora as mulheres, os metecos e, como é óbvio, os escravos. Só que parece já ter passado tempo suficiente para corrigir as imperfeições iniciais!

Convém, por outro lado, frisar que o estudo apresentado não serve para apontar o multipartidarismo como *causa causarum* da instabilidade vivida nesses países. O que se pretendeu mostrar foi que o multipartidarismo, sem deixar de ser condição necessária, não se constituiu como condição suficiente, muito por responsabilidade da herança colonial, mas também, de alguma falta de responsabilidade das elites que têm governado os novos países.

De facto, se tomarmos como fundamento a *teoria monopolística*, de raiz marxista, veremos que a mesma atribui ao papel monopolístico do Estado colonial a

¹⁰ Os valores que constam do relatório são os seguintes numa escala de -2,5 a +2,5:

Voz e Responsabilização	Estabilidade Política	Eficácia do Governo	Qualidade de regulação	Estado de Direito	Controlo da Corrupção
- 1,25	- 0,51	- 1,20	- 1,20	- 1,29	- 1,14

formação da classe política que o substituiu após a independência e, de acordo com a *teoria do Estado comprador*, igualmente de inspiração marxista, esta nova classe política pode ser acusada de não fazer mais do que comprar serviços e produtos, sem nada fazer para desenvolver o país, à maneira do antigo colonizador.

Por isso, a democratização da África, não apenas lusófona, tem sido um processo demorado e com frequentes recuos.

Embora não seja objecto deste painel, não convém olvidar que a situação política tem repercussões a vários níveis, nomeadamente a nível económico e de segurança, que condicionam todo o processo de desenvolvimento.

Assim sendo, na conjuntura actual, a situação em África parece tomar a forma de um círculo vicioso, pois a má-governança, a corrupção e a instabilidade política não convidam ao investimento estrangeiro e sem essa entrada de capital não se revela possível promover o desenvolvimento do país. Dito doutra forma, sem boa-governança não há desenvolvimento e sem desenvolvimento auto-sustentado e de rosto humano não pode haver democracia.

Como Onésimo Silveira defende, as eleições, mesmo que livres “serão sempre injustas enquanto não forem abolidas as mais flagrantes desigualdades sociais e económicas entre os cidadãos”¹¹.

Importa, por isso, que este círculo vicioso dê lugar a um círculo virtuoso que permita a plena integração de África, tanto no plano económico com político, na nova realidade mundial.

Por isso, num mundo globalizado, a situação dos PALOP não pode ser vista numa perspectiva isolada que não contemple as integrações regionais, única forma de adaptação à realidade actual. Urge, a exemplo do que se verificou com Portugal aquando da integração europeia, que os líderes africanos aceitem transferir alguma soberania interna para organizações supra-nacionais que defendam os interesses da sua região e do continente.

Espera-se (a vontade é grande para escrever “exige-se”) que esses líderes ultrapassem o nacionalismo doentio e exacerbado – mais uma forma de provincianismo a juntar àquelas que Santos Neves identificou no universo da Lusofonia – e compreendam que a integração regional representa não uma perda mas um aumento de poder.

¹¹ Cf. SILVEIRA, Onésimo, 2005, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, p. 153.

Como Adriano Moreira ensinou, todo o poder é relação e não algo em si mesmo. Por isso, os governantes só desempenharão cabalmente a sua função se aceitarem que a mesma é marcada pela transitoriedade e deve ser assumida como uma missão colocada ao serviço do bem comum, pois a palavra Ministro, de acordo com o étimo latino *ministru*, significa servidor ou criado.

Para terminar, e apesar do quadro que tracei não ter primado pelas cores suaves, continuo a acreditar que a África, em geral, e os PALOP em particular, não estão condenados ao anátema do subdesenvolvimento.

Assim, queiram os africanos, principalmente os líderes políticos e as organizações da sociedade civil, e o Norte – o signatário desenvolvido da Declaração do Milénio –, cumpra, na prática, os objectivos a que se propôs no papel.

É desta acção conjunta, sem imposição de modelos descontextualizados ou neocoloniais, mas que, por outro lado, exija a participação empenhada e responsável dos africanos na resolução dos seus problemas, que poderá surgir uma verdadeira parceria para o desenvolvimento que se revele susceptível de reduzir o Norte e o Sul a meras referências topográficas.

Nesta acção, a intervenção da sociedade civil – nomeadamente das ONGD locais–, assume um papel decisivo, embora tal valorização não signifique um enfraquecimento ou uma ausência voluntária ou forçada do Estado, se bem que, quando se levanta a questão da maior ou menor participação do Estado e se defende a posição de “menos Estado mas melhor Estado”, prefira, como Adriano Moreira, que o Estado se limite a ser suficiente para assegurar a boa governação, desiderato que exige “uma convivência racional, no plano interno e externo, de um *Estado de Direito*, que respeite o *direito do Estado*, sem que aquele represente um desguarnecimento ao poder e este um intolerável exercício do mesmo” (Martins, 2006:10).

Por isso, adaptando à conjuntura actual um dito popular lusófono, atrevo-me a sugerir “trabalho, boa-governação e paz, que o resto vem atrás”.

Bibliografia

- *Boletim para o Processo Político em Moçambique*, n.º 28 de 1 de Novembro de 2002.
- COSTA, Fernando Marques da e FALÉ, Natália, 1992, *Guia Político dos PALOP*, Lisboa, Editorial Fragmentos Lda / Fundação de Relações Internacionais.
- KAUFMANN, Daniel, KRAAY, Aart and MASTRUZZI, Massimo, "Governance Matters VI: Governance Indicators for 1996-2006" (July 2007), World Bank Policy Research Working Paper No. 4280.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva, 2006, *O Estado de Direito e o Direito do Estado – Outros Escritos*, São Paulo, Lex Editora, S.A.
- MOREIRA, Adriano, 1999, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Dom Quixote.
- MOREIRA, Adriano, 2001, *Ciência Política*, Coimbra, Almedina.
- NEVES, Fernando, 2004, "Lusofonia e Estratégia Geopolítica", Lisboa, Comunicação ao Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política (Texto policopiado).
- SILVEIRA, Onésimo, 2005, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri.
- VENÂNCIO, José Carlos, 2000, *O Facto Africano, Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa, Vega.